

Educação inclusiva: os desafios da formação e as dificuldades na atuação docente**Inclusive education: the challenges of training and the difficulties in teaching**

DOI:10.34117/bjdv6n10-402

Recebimento dos originais: 13/09/2020

Aceitação para publicação: 19/10/2020

Francisca Cícera de Lima

Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

Instituição: Instituto Federal do Ceará - IFCE,

E-mail: cciceralima@gmail.com

Rita Carolina Gondim da Fonseca Jerônimo

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará – UFC,

E-mail: ritacarolinag@yahoo.com.br

Luciana de Freitas Patriota Gouveia

Professora orientadora: Mestra em Biologia Vegetal

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

E-mail: patriotaluciana@gmail.com

RESUMO

O número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais tem aumentado a cada ano nas escolas públicas do município de Jaguaribe-CE, o que tem alterado a dinâmica escolar e a rotina do educador em sala de aula, muitas vezes sem a formação adequada para tal atuação. Este artigo propõe uma análise sobre a formação docente e a educação especial, tendo como finalidade discutir as dificuldades enfrentadas por esses professores que lecionam nas escolas de ensino básico de Jaguaribe. A pesquisa de cunho qualitativo-quantitativa foi realizada a partir da análise de legislações vigentes e da coleta de dados por meio de questionário semiestruturado digital, disponibilizado aos docentes via email eletrônico. A partir dos dados coletados, constatou-se um grande número de alunos matriculados que possuem laudo psicológico e/ou médico referente a algum tipo de necessidade especial. O questionário também traz relatos dos professores que afirmam estar despreparados ou se sentem incapacitados de atuar com esses alunos durante a rotina escolar de aprendizagem. As maiores dificuldades apontadas foram: o grande número de alunos por sala, a falta de materiais adequados e a ausência, muitas vezes, de um profissional AEE para auxiliar os professores adequadamente, principalmente àqueles que não passaram por quaisquer formações na área da educação especial. Tais fatos nos apontam a importância de possibilitar uma formação inicial adequada a esses profissionais, com um currículo que contemple a educação inclusiva, assim como a oferta frequente de capacitação continuada como uma política pública educacional do município.

Palavras-chave: Educação especial, Inclusão, Formação de professores.

ABSTRACT

The number of enrollments of students with special educational needs has increased every year in public schools in the municipality of Jaguaribe-CE, which has changed the school dynamics and the routine of the educator in the classroom, often without adequate training for such action. This article proposes an analysis about the teaching formation and the special education, having as objective to discuss the difficulties faced by these teachers who teach in Jaguaribe's basic schools. The qualitative-quantitative research was carried out from the analysis of current legislation and the collection of data through a semi-structured digital questionnaire, made available to teachers via electronic email. From the collected data, it was verified a great number of enrolled students that have psychological and/or medical report referring to some type of special need. The questionnaire also brings reports from teachers who claim to be unprepared or feel incapable of acting with these students during the school learning routine. The greatest difficulties pointed out were: the large number of students per class, the lack of adequate materials and the absence, many times, of an AEE professional to assist the teachers properly, especially those who have not undergone any training in the area of special education. These facts point out to us the importance of enabling adequate initial training for these professionals, with a curriculum that contemplates inclusive education, as well as the frequent offer of continued training as a public educational policy of the municipality.

Keywords: Special Education, Inclusion, Teacher Training.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) referentes ao ensino de alunos portadores de alguma necessidade especial, determinam que sejam mantidas duas matrículas desses alunos, no qual estarão frequentando tanto salas de ensino regular comum, como tendo acompanhamento em salas de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2013). Desde essa determinação, tem-se observado um aumento considerável no número de matrículas de alunos que necessitam de atendimento especializado em escolas de ensino básico regular em todo o país, o que vem transformando a dinâmica escolar (ALMEIDA; ORLANDO, 2015).

A presente pesquisa vem abordar sobre essa realidade nas escolas de ensino básico no município de Jaguaribe-CE, no qual os números de matrículas referentes a alunos que apresentam laudos com alguma necessidade especial são expressivos e continuam crescentes a cada ano. Além disso, a pesquisa também irá analisar as dificuldades apontadas pelos professores que atuam diretamente com esses alunos.

A problemática desta pesquisa surgiu a partir de observações em salas de aula por meio do Projeto Residência Pedagógica, onde foi possível ter uma percepção ainda maior dessa realidade vivenciada por esses professores em turmas em que estão presentes alunos com alguma necessidade educacional especial. Percebeu-se também o quão desafiador é conseguir abranger todas as necessidades individuais de cada aluno, sendo perceptível a insegurança e o despreparo dos professores para tal. Essa insegurança não é uma realidade vivenciada apenas pelos docentes do município de Jaguaribe, em todo o país, inúmeros são os relatos de professores que demonstram despreparo ao atuar com situações tão adversas em sala de aula (PLETSCH, 2009).

Essa problemática tem sido estudada por muitos profissionais, tais como Barros, Brito e Guedes (2017), que abordam sobre a ausência de uma formação inicial dos professores que aborde temáticas e questões sobre inclusão, devendo preparar estes profissionais para atuar com as dificuldades que surgem diariamente no processo de ensino.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores em relação ao ensino de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino básico no município de Jaguaribe.

Para tal, foi realizado um estudo documental referente à legislação vigente sobre a formação docente. Além disso, foi elaborado um formulário eletrônico contendo perguntas objetivas e subjetivas sobre sua formação e dificuldades enfrentadas sobre o ensino à alunos com necessidades especiais, no qual foi ofertado aos professores do município para que pudessem responder. Nos principais questionamentos, como por exemplo: Você é professor de qual nível de ensino? Em suas

turmas existem alunos com necessidades educacionais especiais? Em sua formação inicial (graduação), você teve alguma disciplina voltada para a educação especial?

Um total de 72% dos professores participantes da pesquisa atua no ensino fundamental I e II, constatando que a concentração do maior número de alunos com necessidades especiais encontra-se no ensino fundamental. Através das respostas obtidas, pode-se chegar à conclusão de que muitos não receberam uma formação inicial que proporcionasse um conhecimento mais aprofundado sobre como estar atuando com esses alunos. E mesmo aqueles que afirmaram ter cursado disciplinas ou ter feito capacitação voltado à educação especial, não se sentem realmente capacitados a estar atuando com uma ampla diversidade nas necessidades de cada um desses alunos.

2 METODOLOGIA

Na tentativa de compreender as possíveis razões pela existência das dificuldades enfrentadas pelos professores nas escolas do município de Jaguaribe, a pesquisa foi dividida em três momentos:

1º Momento	2º Momento	3º Momento
Coleta de dados referentes à quantidade de matrículas de alunos com necessidades educacionais em algumas escolas do município de níveis de ensino fundamental e médio.	Análise documental sobre a formação docente e principais leis da educação, como: -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB); -Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); -Conselho Nacional de Educação (CNE).	Pesquisa por meio de questionário eletrônico elaborado no formulário Google, com perguntas objetivas e subjetivas direcionadas aos professores da rede de ensino básico do município.

Para Gil (1994), as pesquisas científicas são classificadas sob 4 diferentes olhares, são eles:

1. De acordo com a natureza da pesquisa: pesquisa básica ou aplicada;
2. Sobre a forma de abordagem do problema: pesquisa quantitativa ou qualitativa;
3. Sob a perspectiva dos objetivos do estudo: pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa;
4. A partir dos procedimentos técnicos a serem adotados: pesquisa bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso, ação, participante.

Desta forma a atual pesquisa tem cunho qualitativo-quantitativo, no qual Bauer e Gaskell (2017), em seu livro, descrevem que:

“A pesquisa quantitativa lida com números, usa modelos estatísticos para explicar dados, e é considerada pesquisa hard. O protótipo mais conhecido é a pesquisa de levantamento de opinião. Em contraste, a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft. O protótipo mais conhecido é, provavelmente, a entrevista em profundidade.” (2017, p. 26).

Os autores ainda abordam que não existe pesquisa com dados quantitativos que não seja usada uma análise qualitativa. Desta forma, após a coleta de todas as informações necessárias foram feitas triangulações dos dados, seguida de análises das causas relatadas com as hipóteses surgidas no decorrer da pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com Conselho Nacional de Educação (CNE), a educação especial é caracterizada como:

“Processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.” (BRASIL, 2001, p. 1).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) ainda determina que a educação especial seja destinada a todos os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem, dificuldades de comunicação e aqueles que tenham altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2001).

Levando-se em conta o que está prescrito por lei, o aluno com necessidade educacional especial tem o direito de receber um ensino de qualidade ministrado por profissionais capacitados, como pode ser constatado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996):

“Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996 p. 25).”

Mesmo a educação especial estando presente em inúmeras leis e projetos, ainda não existe uma educação que seja realmente inclusiva. Essa realidade pode ser associada à informação limitada que os professores possuem devido a uma formação inicial pouco destinada a esses conteúdos, assim como a ausência da oferta de uma capacitação como formação continuada a fim de aprimorar seu conhecimento e assim conseguir ofertar uma educação de melhor qualidade a esses alunos (CARNEIRO, 2016).

O aumento contínuo das matrículas referentes a alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino básico, veio reforçar os questionamentos envolta da formação dos professores e se estão realmente preparados para lidar com o processo de inclusão desses alunos, principalmente quando a realidade em muitas escolas é a falta de estrutura adequada e, muitas vezes,

a ausência do profissional de atendimento educacional especializado para auxiliar nas ações a serem destinadas ao ensino dos alunos (CABRAL et al, 2016).

Pensando na qualidade desse ensino, é fundamental que exista um trabalho conjunto entre escola e professor, e para que o educador esteja apto a essa tarefa Silva relata que o professor precisa que:

“Na sua formação inicial, nos cursos de licenciatura, os professores devem ser preparados para compreender e assumir o processo de inclusão de alunos com NEE, tornando-se apto para organizar seu planejamento e executar suas atividades, proporcionando a interação dos mesmos e promover sua socialização com os colegas de turma [...] Um curso de licenciatura dificilmente prepara o professor para lidar com as diversas situações que irá enfrentar e a formação dada é básica, mas não suficiente” (2014, p. 14-15).

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica vem reforçar a necessidade dos professores possuírem tal aptidão, afirmando que os mesmos devem ter “a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar o conteúdo do programa de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender a um maior número de aptidões.” (BRASIL, 2001, p. 16).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados sobre as matrículas nas principais escolas de ensino básico do município, referente a alunos com necessidades educacionais especiais, nos mostrou os seguintes números:

Alunos matriculados com necessidades educacionais especiais					
Ensino Fundamental			Ensino Médio: 1° ao 3° ano		
Escola n° 1 5° ao 9° ano	Escola n° 2 4° ao 9° ano	Escola n° 3 6° ao 9° ano	Escola n° 1	Escola n° 2	Escola n° 3
78 alunos	68 alunos	65 alunos	25 alunos	07 alunos	01 alunos

Totalizando 211 alunos com necessidades especiais entre as escolas de ensino fundamental e 33 entre as escolas de ensino médio. Constatamos que as maiores concentrações das matrículas estão nas turmas de ensino fundamental, corroborando com os estudos de Almeida e Orlando (2015) que ainda argumentam em torno dessa diferença:

“O estreitamento das matrículas no ensino médio em relação ao número de matrículas do ensino fundamental pode indicar que uma parcela considerável de alunos com deficiência não conclui a etapa fundamental da escolarização, ou concluiu, mas não avançou nos estudos” (2015, p. 247).

Esta análise reforça a importância de existir um ensino direcionado a esses alunos que se encontram, em sua maioria, na faixa etária de 10 a 15 anos, com a devida qualidade exigida por suas condições especiais. O que remete, mais uma vez, à importância na formação adequada dos educadores que estão lidando diretamente com essa realidade.

Nas informações coletadas através do questionário ofertado aos professores, obtivemos os seguintes resultados:

Pergunta	Resultado
Sobre o nível de formação.	27,3 % afirmam possuir graduação; 72,7% possuem pós-graduação.
Quanto aos anos de atuação.	18,2 % atuam de 1 a 5 anos; 9 % de 10 a 15 anos; 36,4% de 5 a 10 anos; 36,4% a mais de 15 anos.
Nível de ensino no qual atuam.	27,3 % atuam no ensino fundamental I; 36,4 % no ensino fundamental II; 9 % atuam tanto no ensino fundamental I como no II; 9,1% no ensino médio; 18,2% atuam tanto no ensino fundamental II como no médio.
Com relação às disciplinas que ensinam	36,4% são professores de ciências; 18,2% são professores de geografia; 9,1% são professores de matemática; 27,2% são polivalentes; 9,1% ensinam português.
Quanto ao currículo da graduação.	Referente se a mesma havia contemplado alguma disciplina relacionada à educação especial, um total de 54,5% respondeu que essa temática não fora abordada durante a sua formação inicial.
Ter passado por alguma capacitação após sua formação inicial (graduação).	54,5% afirmam ainda não ter passado por nenhuma capacitação voltada à educação inclusiva

Esses dados mostram que parte dos professores participantes do questionário, além de não possuir uma formação inicial que abordasse a temática sobre educação especial, ainda não obteve nenhuma capacitação, mesmo atuando há mais de cinco anos em sala de aula. Essas informações mostram-se ainda mais preocupantes ao observarmos que a maioria dos professores atua no ensino fundamental, sendo este o nível de ensino com maior número de alunos com necessidades especiais (ALMEIDA; ORLANDO, 2015).

Quanto ao questionamento se os mesmos se sentiam capacitados em atuar com alunos que possuem necessidades especiais sem a existência de um auxílio externo, de um profissional da sala AEE. Obtivemos os seguintes resultados:

80% dos docentes não se sentem capacitados para atuar em sala de aula com esse público, dentre as justificativas destacamos:

“Não sei atender a necessidade dos alunos”.
“Torna-se difícil, pois não é possível acompanhar cada um em suas individualidades”.
“Não, Infelizmente não recebi formação adequada e também pela grande diversidade de necessidades, que na maioria das vezes não dá para acompanhar individualmente. Somando isso, ainda a falta de recursos, tempo para planejar atividades diferenciadas e mesmo executar”.
“Não, é de grande valia um profissional especialista dando apoio para melhor socialização e compreensão do aluno.”
“Não me sinto capacitada por vários motivos: primeiro, turmas numerosas com vários tipos de alunos com dificuldades de aprendizagem, a escola não tem material adequado e as famílias muita vezes não aceita a deficiência de seus filhos.”
“Bom, não, porque são muitas necessidades e muitos alunos juntos. Tudo isso impede um bom atendimento.”
“Não, pois não tenho formação na área.”
“Com a presença do aluno com necessidades especiais em sala, surge a necessidade de o professor buscar novas maneiras de fazer com que o aluno aprenda, que ele esteja inserido e incluído, sem o auxílio de outro profissional essa tarefa com certeza é difícil de ser realizada.”

Esses relatos negativos constataam que, mesmo uma parte desses professores terem passado por algum tipo de capacitação, eles não se sentem realmente preparados a suprir as necessidades desses alunos sem um auxílio de outro profissional, reafirmando sobre as dúvidas na formação qualificada dos professores para estar atuando na aplicação da educação inclusiva (CABRAL et al, 2016).

Pergunta	Resultado
Sobre a existência de alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas.	72,7 % afirmam ter alunos laudados.
Em relação a alcançar o mesmo nível de entendimento entre todos os alunos	81,8 % afirmam que os alunos não conseguem ter o mesmo nível de compreensão nas explicações.
Destaque o caso mais frequente referente à pergunta anterior: - Alguns alunos com necessidades especiais não conseguem acompanhar a explicação; - Todos os alunos especiais não conseguem acompanhar a explicação; - Dependendo do conteúdo, alguns alunos com necessidades especiais não conseguem acompanhar a explicação; - Dependendo do conteúdo, a maioria dos alunos possuem dificuldades de acompanhar a explicação, seja ele com necessidades especiais ou não.	55,6 % marcaram a opção: “Alguns alunos com necessidades especiais não conseguem acompanhar a explicação.”

Ainda em seus relatos, muitos afirmam ter mais de três alunos laudados por sala, no qual, caso esses alunos tenham necessidades especiais distintas, o trabalho do professor torna-se ainda mais complexo. O que vem a se tornar um desafio para esses professores ao tentar abranger a tais diferenças em paralelo com os demais alunos.

Tais resultados reforça a presença da dificuldade em se alcançar uma compreensão satisfatória entre os alunos com necessidades educacionais especiais. O que pode ser resultado da pouca ou ausente formação adequado a esses profissionais que precisam estar em sala de aula diariamente confrontando o desafio de facilitar o ensino a esses alunos (CARNEIRO, 2016).

Pergunta	Resultado
Com relação à aplicabilidade de avaliações aos alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula sem auxílio externo.	45,5 % afirmam não conseguir aplicar as avaliações aos alunos com necessidades especiais dentro da sala de aula; 27,3 % afirmam conseguir em apenas algumas turmas; 27,2% afirmam conseguir aplicar a avaliação sem a retirada do aluno da sala de aula.
Quanto à existência de um profissional formado na área de atendimento educacional especializado (AEE) na escola de atuação.	72,7 % afirmam não existir um profissional do AEE na escola em que atua; 27,3% afirmam que em sua escola conta com a atuação de um profissional AEE.

O fato desses professores não conseguirem aplicar as avaliações dentro da sala de aula demonstra a ausência de preparo e experiência para atuar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais. E mesmo para aqueles que tenham algum conhecimento e procuram meios para executá-lo, necessitam de um auxílio prestado por outros profissionais da escola, o que provavelmente ocorre pelo grande número de alunos por sala. Somado a isso, a ausência de um profissional AEE torna ainda mais difícil a atuação desses professores (GOMES, 2017).

Por fim, foi feito o seguinte questionamento: *“De modo geral, descreva qual a sua maior dificuldade enfrentada em sala de aula com relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas.”*

Destacamos algumas respostas:

“Atualmente eu enfrento o desinteresse destes, pois a maioria já possui a concepção de ter um laudo e de não conseguir aprender, sem contar no preconceito de alunos e outros professores.”
“Em geral a falta de orientação específica como, por exemplo, formações, espaço para o aluno, o quantitativo de alunos em sala e material didático específico.”
“Falta de tempo e recursos para desenvolver atividades. É uma cobrança em relação ao desempenho e indisciplina desses alunos.”
“A quantidade de alunos, pois os conteúdos devem ser repassados para os alunos ditos normais e de maneira mais lúdica para o aluno com necessidades especiais, o professor deve está atuando nas duas realidades ao mesmo tempo.”
“Falta de formação e também o grande número de alunos especiais em cada sala”
“Incluí-los efetivamente no processo de ensino aprendizagem, alcançando as necessidades individuais de cada um.”
“As dificuldades são: o tempo, porque eles precisam ser assistidos com bastante paciência, e o material específico para trabalhar.”

Foi através dessa pergunta que se podem ver as dificuldades existentes não somente relacionadas à formação do professor. Nela obtiveram-se respostas que mostram bem mais da realidade em se trabalhar com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais, independente do educador apresentar capacitação ou não. Tais relatos corroboram com as discussões feitas por Gomes (2017) que trás as dificuldades que os professores enfrentam em relação a sua formação e sobre a realidade da atuação desses profissionais no ensino inclusivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, pode-se conhecer o real número das matrículas dos alunos com necessidades especiais nas escolas do município de Jaguaribe/CE, no qual se encontram em maior concentração no ensino fundamental. E por meio dos relatos de alguns dos professores do ensino básico, pode-se constatar a realidade enfrentada pelos mesmos em relação ao ensino destinado a esses alunos.

Os professores afirmaram que a ausência de uma formação continuada, a quantidade de alunos por sala, a falta de material adequado, a ausência de um profissional de AEE, somado à baixa autoestima dos discentes com necessidades especiais que se acham incapazes de aprender, são desafios enfrentados cotidianamente em sala de aula durante o processo educativo.

A insegurança desses profissionais é muito clara e todos citam que esta dificuldade em parte se deve pela ausência de formação direcionada à educação especial, uma capacitação que possa prepará-los a trabalhar nessa realidade. Deve-se levar em conta também que a maior parte desses profissionais atua há muitos anos como professores e que durante a sua formação inicial não existia disciplinas direcionadas à educação especial, diferente do currículo atual das licenciaturas e pedagogia.

Esse fato reforça a importância de se estar proporcionando uma capacitação continuada para esses educadores, pois, mesmo aqueles que tiveram em sua formação inicial disciplinas sobre alguma área da educação especial, sentem-se incapacitados a atuar em sala de aula sem o auxílio de um profissional, ausente na maioria das escolas de Jaguaribe.

Por tudo isso é que se faz essencial manter discussões e pesquisas acadêmicas relacionadas a essa problemática. Espera-se que os relatos apresentados e discutidos nesta pesquisa possam contribuir com outros trabalhos, a fim de despertar a atenção dos órgãos responsáveis pela formação de professores em todo o país, assim como na cidade de Jaguaribe, que demonstrou a necessidade de uma formação continuada aos professores e gestores para uma efetiva educação inclusiva nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. L.; ORLANDO, R. M. Inclusão e matrícula de alunos com deficiência nas escolas estaduais: análise em um município paulista. *Revista Comunicações*, Piracicaba, v. 22, n. 3, p. 239-254, 2015.
- BARROS, M. C. M. S.; BRITO, M. I. M. S.; GUEDES, J. T. Educação Inclusiva: Possibilidades e Desafios. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10 E FÓRUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, 11. 2017, Aracaju. **Anais...** Aracaju: ENFOPE, 2017. p. 1-13.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. CNE/CEB N° 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.
- BRASIL. Ministério da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, 20 de Dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC; SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.
- CABRAL, J.F.R. et al. Formação inicial de professores de educação física com foco na inclusão: uma revisão de literatura. *Multidisciplinar*, v. 1, p. 9-16, 2016.
- CARNEIRO, R. U. C. **Educação Especial e Inclusão Escolar: Desafios da Escola Contemporânea**. UNESP, Araraquara: ANAIS UFES, 2016.
- GOMES, A. L. L. a Formação inicial de professores no contexto da sala de aula inclusiva: Desafios e possibilidades de incluir alunos que apresentam deficiência. *Revista Educação Inclusiva - REIN*, Campo Grande, PB, v.01, n. 1, p. 29-36, 2017.
- SILVA, F. M. F. **Educação Inclusiva na Formação Inicial do Pedagogo: O que dizem os Discentes e os Trabalhos de Conclusão de Curso em uma IES Pública Federal**. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.
- PLETSCH, M. D. A Formação de Professores para a Educação inclusiva: Legislação, Diretrizes Políticas e Resultados de Pesquisa. *Educar*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.